

ARTIGO

SOBRE CENTENÁRIOS, MEMÓRIAS E TESTEMUNHOS DA COMISSÃO RONDON: PONTOS PARA REFLEXÃO

ON CENTURIES, MEMORIES AND TESTIMONIES OF THE RONDON COMMISSION: POINTS FOR REFLECTION

LAURA ANTUNES MACIEL*

RESUMO

A partir da experiência de pesquisa com a documentação produzida pela “Comissão Rondon”, em diferentes suportes e linguagens, apresento alguns pontos para reflexão sobre as ações de preservação, organização e disponibilização pública de fundos e séries no interior do Museu do Índio. Abordo as estratégias e agenciamentos para a constituição dos acervos e do museu, indagando sobre as diretrizes para a preservação e organização de testemunhos. Procuro, também, avaliar as relações estabelecidas com esse passado e acervos, em diferentes conjunturas históricas, acompanhando movimentos comemorativos e formas diversas de afirmação de uma memória hegemônica sobre a Comissão Rondon e o personagem Rondon.

PALAVRAS-CHAVE: Comissão Rondon; museu; documentos; comemorações; patrimônio histórico.

ABSTRACT

In this text, some points are presented for reflection on preservation actions, organization and public availability of funds and series within the Museu do Índio (Museum of the Indian). These reflections are based on research on the documentation produced by the “Comissão Rondon” (“Rondon Commission”), in different media and languages. Strategies and assemblies for the constitution of the collections and the museum are discussed, inquiring about the guidelines for the preservation and organization of testimonies. In addition, it seeks to evaluate the relations established between past and collections in different historical conjunctures, accompanying commemorative movements and diverse forms of affirmation of a hegemonic memory on the Comissão Rondon and the Rondon character.

KEYWORDS: Comissão Rondon (Rondon Commission); museum; documents; commemorations; Historical Patrimony.

Acervos documentais, patrimônio e museu

Este texto acompanha e problematiza o percurso histórico de constituição da massa documental produzida por membros da “Comissão Rondon”, em suas várias frentes de atuação e ao longo de um período de tempo relativamente extenso, disponíveis para a pesquisa histórica no Museu do Índio.¹ Reconhecendo, como propõe Sílvia Lara, “a diferença entre fontes e documentos” e considerando que estes últimos “não existem para registrar a história”², proponho nesta parte do texto algumas questões acerca dos percursos de patrimonialização desses documentos e, também, dos interesses de indivíduos, grupos e instituições, empenhados na preservação da memória do Marechal Rondon e dos órgãos que dirigiu. Compartilhando a compreensão sobre o papel ativo e seletivo do trabalho do historiador, tanto para “inventar suas fontes” quanto para evidenciar as razões da produção e sobrevivência dos documentos aos quais atribuímos o estatuto de “fonte histórica”, procuro refletir sobre os procedimentos necessários para revelar os circuitos e interesses sociais no interior dos quais esses conjuntos documentais foram produzidos, preservados e disponibilizados para acesso público.

Afinal, se é fundamental compreender os circuitos da produção e os usos dos testemunhos/documentos em seu próprio tempo histórico, não é menos importante analisar o movimento aparentemente aleatório de reunião, preservação e constituição de acervos em arquivos e museus. Nesse sentido, ganham relevância as ações e operações voltadas para a organização e preservação dessa documentação, iniciada ainda pelos funcionários administrativos lotados no Escritório Central da Comissão no Rio de Janeiro, se desdobra com a criação da Seção de Estudos do SPI,

em 1942, e se amplia a partir de 1953 com a instalação do Museu do Índio, e suas transformações institucionais posteriores. Ou seja, é preciso atentar para as operações e mediações que transformaram cadernetas de campo, notas esparsas, fotografias e outros registros necessários ao desempenho das funções da Comissão em “acervos” que “registram” e “contam” uma história e preservam uma dada memória do indigenismo. Cabe indagar sobre o lugar de oficiais, do próprio Rondon e posteriormente de antropólogos, bibliotecários e museólogos, nesse processo.

Além disso, é preciso atentar não apenas para as operações de descarte, perdas ou guarda de documentos como para os critérios envolvidos no meticuloso trabalho de reunião e arranjo que constituiu “coleções” e “fundos” arquivísticos no interior do Museu do Índio. Outras tantas operações são necessárias para que o pesquisador possa evidenciar os sentidos que se constituíram ao longo do tempo a partir da divulgação desses diferentes acervos, por meio de pesquisas, catálogos e exposições do próprio Museu, empenhado na preservação da memória da política indigenista e, ao mesmo tempo, na “produção cultural dos povos indígenas com base nos seus produtos materiais”.³ Por isso, é fundamental analisar o percurso que fez com as imagens, textos, interpretações e memórias fossem preservados e chegassem até nós, pois ele evidencia as relações de poder que orientaram a guarda e a preservação desses registros.

Estudos sobre a história administrativa do Museu registram novembro de 1942 como momento chave para a compreensão desse processo, com a decisão da presidência da República em autorizar a transferência do “valioso acervo da Comissão Rondon, constituída de trabalhos de escritórios a serem concluídos, de instrumental

correspondente, tanto de escritório como de campo, e do material colhido para os estudos referentes à geografia, à flora e à fauna nacionais, tendo aí um justo relevo os apontamentos sobre os indígenas das nossas fronteiras e sertões”⁴, do Ministério da Guerra para o Ministério da Agricultura que assumiu a responsabilidade por sua guarda. A própria história da constituição do Museu do Índio remonta à reorganização do SPI, no interior do Ministério da Agricultura, durante a ditadura do Estado Novo. Em 1942 o regimento aprovado para a Secção de Estudos (S. E.) do SPI, previu “manter um museu na sede (...), com artefatos, filmes cinematográficos, gravações sonoras e documentação fotográfica sobre o índio e sobre as realizações que em seu benefício sejam levadas a efeito pelo S.P.I.”⁵

No entanto, dez anos transcorreriam até a inauguração do Museu durante as comemorações do “Dia do índio” em 1953, como parte da luta “contra o preconceito que apresenta os índios como atrasados, preguiçosos e desconfiados” nas palavras do etnólogo Darcy Ribeiro ou, na perspectiva de Rondon, para agregar “maior brilho às comemorações do Dia do Índio”.⁶ É muito significativo que, apesar da concepção e efetivação do projeto de criação do Museu do Índio ser obra de Darcy Ribeiro, o chefe da S.E. desde 1952, a memória preservada e divulgada ainda hoje pelo Museu do Índio nos seus aniversários de criação, atribua sua fundação “ao marechal Rondon”.⁷

Em documento divulgado à mídia por ocasião dos 60 anos de fundação da instituição reafirma, em texto e imagem, a proeminência do então presidente do CNPI na criação do museu. A fotografia que ilustra o material de divulgação mostra a porta da sede original do Museu na Rua

Mata Machado, no bairro do Maracanã, onde permaneceu "por 25 anos" com uma faixa onde se pode ler: "Museu do Índio - fundado pelo Marechal Rondon".



“19 de abril de 1953: A Inauguração do Museu do Índio”. FUNAI, Museu do Índio, *Retorno de Mídia*, 19 de abril de 2013.

Para a compreensão das questões aqui discutidas, é importante sinalizar que o Museu tornou-se o responsável pela guarda e preservação das coleções etnográficas e a documentação textual, fotocinematográfica e sonográfica geradas a partir da atuação de três diferentes serviços e órgãos públicos: as expedições construtoras de linhas telegráficas, que ficariam conhecidas como “Comissão Rondon”; o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e, posteriormente, o Serviço de Inspeção de Fronteiras, todos dirigidos por Rondon. O Museu do Índio “herdou grande documentação imagética e textual produzida pela Comissão Rondon”⁸, com a transferência do acervo documental constituído durante os

trabalhos da Comissão Rondon (1890-1930), onde se destacam “1.439 imagens em chapas de vidro e 292 imagens em acetato” e 9 filmes documentários realizados entre 1912 e 1938.

Merece destaque, também, o volume considerável de documentos textuais – constituído por cadernetas de campanha, relatórios internos (não publicados), correspondência oficial e particular de Rondon e da Comissão, documentos de contratação de pessoal, inquéritos administrativos, ordens do dia, boletins de serviço, recortes de jornais, memórias, conferências e discursos –, cuidadosamente organizados e mantidos originalmente pelo Escritório Central da Comissão no Rio de Janeiro. Além disso, a Comissão publicou aproximadamente cem livros sobre os mais diversos assuntos: serviço sanitário, expedições de reconhecimento, botânica, astronomia, etnografia, zoologia, etc. A esse conjunto se somaria a documentação produzida pelo SPI, avaliado como “o fundo mais importante do Museu do Índio” preservando “a organização administrativa então existente” as Inspetorias Regionais (IRs), e composta por “aproximadamente 800 mil páginas, perfazendo 106 metros lineares de documentos referentes ao período 1910-1967”. O reconhecimento da importância da documentação histórica do SPI veio em 2008 quando ela obteve registro na lista do patrimônio documental da humanidade pela UNESCO no Programa Memória do Mundo¹⁰.

O primeiro aspecto para o qual gostaria de chamar a atenção, é a necessidade de refletir sobre as razões da abundância e diversidade de documentos textuais e visuais produzidos por Rondon e seus colaboradores durante o exercício de suas funções militares, administrativas, científicas e políticas. Assim, além de procurar pensar

criticamente sobre as razões para os investimentos na produção de registros que testemunham e definem marcos temporais e interpretações para sua atuação, não é menos instigante identificar e avaliar os silêncios intencionais sobre determinados acontecimentos e experiências.

Considerando a ausência de documentos que registrem os procedimentos de arranjo e o processo de organização dos acervos, essa é uma tarefa a ser realizada pelos pesquisadores que precisam estar atentos ao fato de que a autoria e origem desses registros está entrelaçada às competências e serviços desenvolvidos por diferentes sujeitos e órgãos públicos dirigidos simultaneamente por Rondon, que não são evidentes e demandam cuidados metodológicos no manuseio e análise desses registros para evidenciar procedências e razões de existir. A Biblioteca Marechal Rondon, constituída no interior do Museu, também é um exemplo desse entrelaçamento, já que ela foi composta a partir da reunião das coleções de “obras raras e coleções completas de periódicos importantes” dos extintos Serviço de Proteção aos Índios (SPI), do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e da biblioteca particular do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon”.¹¹

Retrocedendo ainda mais no percurso histórico de constituição dos acervos do Museu julgo necessário reconhecer a ação consciente e deliberada de Rondon e demais oficiais membros das Comissões não apenas para produzir conhecimento e registros em diferentes linguagens e suportes materiais – sobre a construção de linhas telegráficas, informações sobre organização, cultura e língua de diferentes grupos indígenas, sobre geografia, geologia, hidrografia, cartografia e outras áreas de conhecimento necessárias à realização de suas atribuições –, como para

criar e manter arquivos organizados e atualizados. A manutenção de seções de Expediente e Arquivo no Escritório Central da Comissão permitiu, por exemplo, a reunião de uma coleção de periódicos sobre os seus trabalhos, indicando um acompanhamento atento da ação da imprensa ao longo de duas décadas e, também, uma organização cuidadosa, já que todos os recortes trazem a identificação do periódico e data de publicação. A organização, publicação e reedição constante de relatórios, relatos e memórias, a manutenção de uma seção de desenho capaz de atualizar e divulgar rapidamente as ‘descobertas’ realizadas, sem esquecer a magnitude do investimento na produção, preservação e arquivamento de registros visuais, apontam para a intencionalidade de produzir testemunhos de sua atuação, não apenas como uma estratégia de sobrevivência e autopreservação naquele momento, mas, também, de assegurar sua preservação futura.

Longe de ser um “acidente” no percurso de “desenvolvimento tecnológico da comunicação”¹² ou resultado da “visão” de um único homem, os materiais acumulados e que posteriormente constituiriam os “acervos” do Museu do Índio cumpriram a função administrativa de prestar contas aos ministérios, serviram à disputa política com agentes e projetos distintos para as populações indígenas, divulgaram e promoveram a imagem pública dos órgãos dirigidos por Rondon. Por isso, quando recorreremos a estes mesmos registros com a intenção de compreender e explicar o processo histórico do qual eles são o resultado é impossível apartá-los dos circuitos de sua produção e, também, do movimento produtor de sentidos e memórias sobre estas experiências. Por meio de critérios técnicos de seleção, organização e divulgação dessas imagens, o

Museu do Índio é parte do circuito que, no presente, realimenta uma determinada memória da Comissão Rondon.

Centenários, comemorações e memórias

Nesta parte do artigo pretendo evidenciar projetos e iniciativas que ao longo do tempo trabalharam, de diferentes formas, na construção de uma memória sobre Rondon e as expedições que comandou, destacando os testemunhos e suportes utilizados como fontes históricas e os momentos geradores de homenagens e comemorações. Assim, uma das questões que orientaram esse inventário foi o mapeamento de instituições e pessoas que assumiram, em diferentes conjunturas, o papel de continuadores da ‘obra de Rondon’ e das novas funções que esses acervos documentais incorporaram na preservação e divulgação de sua memória.

Por sua relevância e abrangência ganha centralidade nesta análise as “cinco peças” que compõem o projeto *Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena*,¹³ uma realização do Projeto Memória, criado em 1997 por iniciativa da Fundação Banco do Brasil. O Projeto Memória se apresenta como “uma tecnologia social de educação que pretende difundir a obra de personalidades que contribuíram significativamente para a transformação social, a formação da identidade cultural brasileira e o desenvolvimento do país.” Sua atuação se desenvolve através da criação e distribuição de “produtos educativos como a exposição itinerante que circula por centenas municípios brasileiros, o vídeo-documentário e o livro fotobiográfico que são dirigidos para bibliotecas públicas do País, além de um *kit* pedagógico, contendo almanaque histórico e guia do professor”.¹⁴ Em 2009, o Projeto resultou de uma “parceria entre Fundação Banco do Brasil

e a Sociedade Amigos do Museu do Índio (SAMI)” e buscou “contar a história de Rondon” abordando a vida e obra do marechal “que pregou a paz e a defesa das populações indígenas” e o *kit* pedagógico produzido com a intenção de oferecer “suporte a professores, pesquisadores e estudantes de todo o Brasil” foi distribuído para “800 municípios, (...) 18 mil escolas da rede pública (...) e “cerca de 6 mil bibliotecas”.¹⁵

Concebido a partir da pesquisa coordenada por Carlos Augusto da Rocha Freire e Denise Portugal Lasmar os conteúdos do *website* foram estruturados em torno de cinco seções temáticas (vida, missões, princípios, marcas e rumos), cada um deles dedicado a um conjunto de aspectos e momentos selecionados da trajetória de Rondon. Na seção vida, Rondon é apresentado como um homem que trazia em “seu sangue origens indígenas Terena, Bororo e Guaná”, definido pela “fibra do pantaneiro” adquirido em função do seu local de nascimento, com um caráter marcado pela “ligação com a natureza (especialmente as fartas águas da região) [e que possuía] o dom da palavra e a fibra incomum frente a tarefas difíceis”. Em resumo, um homem de fibra e “uma vida para servir”. A opção pelo Exército e sua formação militar são apresentados como marcados pela “tenaz conduta de Rondon na superação de dificuldades e sua extrema dedicação aos estudos”, um soldado modelado por uma “disciplina férrea, fundada basicamente na vontade”.¹⁶ Outras áreas do site com títulos sugestivos de “O mestre do mato” ou “O início dos fios e da trama” o trabalho e construção das linhas e exploração do território são apresentados de forma leve, assim como a incorporação de grupos indígenas ao trabalho militarizado da Comissão é lembrada como seus “auxiliares” e colaboradores.

Ao contrário do *site*, o *Almanaque Histórico Rondon* que junto com o Guia para o Professor integra o *Kit* pedagógico, propõe um movimento de ir e vir entre passado e presente e também articula outros temas e problemas, em tempos e lugares distintos, aos quatro eixos básicos que organizam o Almanaque:

Caminhos do Brasil: regiões percorridas por ele e pelos indivíduos e grupos que integraram suas equipes, [com abordagem dos] (...) ecossistemas, a fauna e a flora, a dimensão social da saúde e as invenções tecnológicas;

Índios no Brasil: populações com as quais entrou em contato [propondo] (...) dimensionar a presença indígena na cultura e na sociedade brasileira, com as formas de relação pacíficas ou violentas, além da riqueza cultural desses povos;

Palavras e imagens: as produções culturais surgidas em consequência de sua atuação (ciências naturais, etnografia, fotografia, museus) e sua relação com os modernos meios de comunicação;

Homem público: a figura de Rondon em sua dimensão política, no sentido amplo, de alguém que exerceu com intensidade sua cidadania e defendeu suas ideias, marcando presença em episódios históricos importantes, inclusive em torno dos (ainda hoje) disputados direitos dos índios e das ações destes em defesa de suas vidas e culturas.”¹⁷

É significativo que esse projeto de memória *Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena* tenha se apoiado principalmente nas fotografias da Comissão e que compõem os acervos do Museu do Índio e nos relatos memorialísticos do próprio Rondon e de seus comandados, uma narrativa que se destaca no conjunto da documentação textual produzida pela Comissão e que define cronologias, temas e argumentos retomados em 2009. A começar por *Rondon conta sua vida* escrito “durante oito meses de

convívio quase diário” entre depoente e autora, ao longo de 1956, ano da indicação de Rondon ao Nobel da Paz. Como indica o título e a carta de Rondon na abertura do volume, o livro seria uma transcrição “em admirável forma literária” dos “fatos e recordações” da vida do biografado. Rachel de Queiroz, no Prefácio, qualifica a narrativa como uma biografia mas ressalta que a autora “dispunha de um diário do biografado” e que “a quantidade de documentos de que se serviu é abundante e preciosa”. Já Esther de Viveiros, a autora, informa na “nota final” que além das longas conversas e de suas próprias anotações, valeu-se dos “diários de Rondon”, “escritos à lápis, em campanha” considerados por ela “documentos para museu”.¹⁸

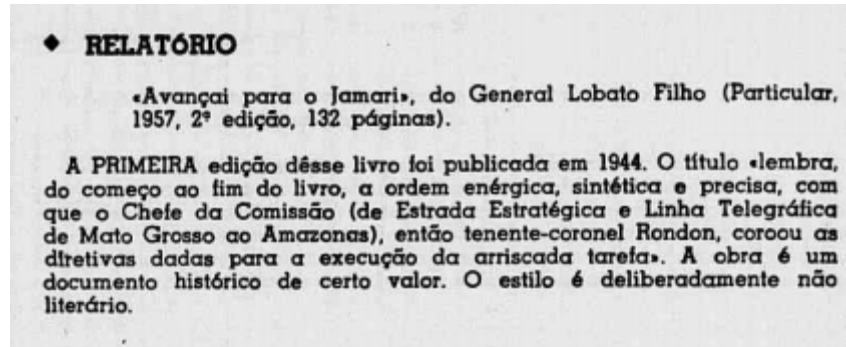
Ao “transmitir a outrem nossas conversas” sua intenção seria concretizar a tarefa sempre adiada por Rondon de “por em memória as suas reminiscências”, ressaltando que suas “notas” foram “absolutamente fiéis” e aprovadas pelo biografado. Em diversas passagens do livro, o relato transcreve notas rápidas e diretas, escritas na primeira pessoa por Rondon. Esse estilo parece confirmar o hábito de Rondon em registrar as experiências diariamente e sua intenção de encontrar tempo na velhice para “passar a limpo seus diários” e publicar suas memórias. Organizado em ordem cronológica, o livro dedica espaço reduzido à família, ao casamento, às lembranças da “terra natal”, sua formação na escola militar e a instauração da República, e oferece um maior número de capítulos e páginas para narrar acontecimentos de sua vida pública e realizações das diversas comissões de Linhas Telegráficas, seguidos das campanhas realizadas no comando da Inspeção de Fronteiras. Em 605 páginas, Rondon/Esther de Viveiros dedicaram vinte e seis páginas para lembrar

“os índios”, “a contribuição dos índios” e o “Serviço de Proteção aos Índios”.

Outro livro memorialístico transformado em fonte de informações históricas é o do General João Bernardo Lobato Filho intitulado *Avançai para o Jamarí!* (A Comissão Rondon nas selvas do Alto Madeira) no qual o autor, um engenheiro militar a serviço da Comissão desde 1910, rememora trinta anos depois sua experiência no comando de um contingente de construção da linha telegráfica na chamada Seção do Norte da Comissão. Em trabalho anterior já analisei os numerosos relatos produzidos por militares participantes das expedições da Comissão Rondon, marcados por um tom épico e ufanista. Suas descrições de naufrágios, doenças, cansaço, privações de toda natureza e mortes, construíram uma imagem da ‘Comissão Rondon’ como obra grandiosa atribuída a um homem ‘superior’, Rondon. Dessa forma, as realizações das expedições (con)fundem-se com os atos de seu comandante numa operação de memória que obscurece as motivações e os objetivos, militares e estratégicos, que nortearam a expansão da rede telegráfica rumo ao oeste brasileiro, nos anos iniciais da República.¹⁹

Uma análise da estrutura das narrativas, temas, adjetivos e títulos, entre outros elementos dos textos – descrição das matas, rios intransponíveis, das doenças que perseguiram batalhões, deserções, uso de narrativa épica, vitoriosa... após fracassos comissão, denúncias – permitem identificar compreender as circunstâncias em que o foram produzidos²⁰ e, também, para quais públicos leitores eles eram destinados naquele momento histórico. Divulgados como “relatórios”, “documentos históricos” e texto “não literário” eles pretendiam ser relatos fidedignos

das experiências vividas, compondo uma narrativa autobiográfica elaborada por homens “probos”, “honestos”, “dedicados ao serviço da Pátria”. Não surpreende que sejam esses os termos usados (ainda) para rememorar Rondon no século XXI.



Anúncio na Seção “Os livros” da *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, Ano 57, n.29, de 20 de julho de 1957, p. 44.

Esses livros de memórias, publicados ao longo dos anos 1940-1950 após o afastamento de Rondon e outros oficiais da vida ativa no exército, permitem identificar as motivações de seus autores, compreender as interpretações que construíram sobre o passado no qual tomaram parte e os elos que os mantinham unidos: o esforço pela recuperação dos acervos da Comissão, a continuidade dos trabalhos de desenho da Carta de Mato Grosso e, acima de tudo, a constituição do Museu do Índio.

Vale a pena acompanhar outras perspectivas e justificativas que orientaram a realização de homenagens e celebração da memória inventariando os valores e símbolos associados à obra de Rondon que, de modo unívoco, selecionaram elementos-síntese na tentativa de transformá-lo em um herói, símbolo da nação brasileira. Essas operações de memória, apoiadas na seleção de elementos da trajetória e da obra de Rondon, foram apresentados como *monumentos à nação* em diferentes

momentos históricos e prestaram-se (e prestam-se ainda) à sustentação ideológica de diferentes projetos políticos.

Ainda em vida, o nome de Rondon foi atribuído a um município – Rondonópolis, em 1953 – no estado de Mato Grosso e, três anos depois seria a vez do então território federal do Guaporé, constituído na região “incorporada à civilização” durante expedições comandadas por Rondon, ter seu nome alterado para Rondônia. Em 1955, o Congresso Nacional concedeu a Rondon “as honras de Marechal do Exército Brasileiro”, recebendo “as insígnias do posto” em sessão solene apesar de ser general reformado desde 1930. Na justificativa do projeto o autor da iniciativa o deputado Lima Figueiredo, general na reserva e membro do PSD/SP, alegou que Rondon “teve a ventura de ver sua vida escolhida como paradigma, para ser contada às crianças de nossa pátria, de modo que jamais se esquecessem dos traços marcantes desse herói nacional”.²¹

Em 1965, sob uma ditadura militar, após tramitação em regime de urgência a Câmara Federal aprovou a proposição do deputado da base de sustentação do regime para dar o nome do “glorioso” *Marechal Rondon* ao aeroporto que serve a capital de Mato Grosso como “justa homenagem ao grande desbravador dos nossos sertões”.²² Na justificativa da proposta, o deputado Corrêa da Costa alegou a proximidade do dia 05 de maio quando seria celebrado o “1º centenário de nascimento do grande brasileiro e filho ilustre de Mato Grosso”. Em 28 de junho de 1968, outro general assinaria decreto instituindo, por iniciativa do executivo e em caráter permanente, o Grupo de Trabalho Projeto Rondon “diretamente subordinado ao Ministério do Interior, com a finalidade de promover estágios de serviço para estudantes universitários, objetivando conduzir a

juventude a participar do processo de integração nacional”.²³ Dessa forma Rondon, que havia desafiado congregações religiosas e os “chefetes” que usurpavam terras indígenas foi, progressivamente, sendo associado aos valores do civismo, cuja vida “deveria ser ensinada” às crianças e inspirar jovens universitários a contribuir para um projeto de integração nacional.

Na esteira da criação do Ministério das Comunicações e da expansão da infraestrutura para os serviços de telecomunicações, orientada pelos propósitos e conceitos da segurança nacional, o nascimento de Rondon, no dia 05 de maio, foi transformado durante a ditadura em *Dia das Comunicações*. Porém, desde 1963 o marechal já havia sido instituído, por decreto, como o Patrono da Arma de Comunicações do Exército brasileiro. Vale a pena conhecer as justificativas e considerações elencadas:

que o Marechal Rondon, sob ser efetivamente um dos primeiros do Brasil das atividades de Comunicações, exerceu-as numa extensão até então jamais atingida entre nós e, mais do que isso, num amplo sentido de integração nacional, realizando, ao mesmo tempo, obra de geografia integral e obra de profunda significação cívica e social;

que essas grandes realizações o credenciaram à profunda e perene glorificação como lídimo herói nacional, de que constituem provas mais recentes os pronunciamentos de todos os setores da opinião nacional emitidos por ocasião do seu falecimento;

que há no desempenho, por parte do Marechal Rondon, das atividades peculiares às Comunicações, faria messe de belos exemplos para os militares dessa Arma, tais como a resistência física, a sociedade, a coragem, o espírito de sacrifício e a tenacidade na execução das missões mais árduas e longas.²⁴

Transformado em “dia nacional das comunicações” o dia do nascimento de Rondon inspiraria, ano após ano, comemorações como as promovidas, desde 1969, pela “Sociedade dos Amigos de Rondon” criada em Cuiabá e presidida por Ramis Bucair “com o objetivo de cultuar e divulgar a memória de Marechal Cândido Rondon”.²⁵ Outras iniciativas em Mato Grosso propuseram “dar continuidade à preservação, divulgação e perpetuação dos feitos da maior referência brasileira e mundial do século 20 que foi Marechal Rondon” através de requerimentos na Assembleia Legislativa para “nominar órgãos públicos, praças e escolas nos municípios mato-grossenses com referência a Cândido Mariano da Silva Rondon – ‘Marechal Rondon’.”²⁶

A data 19 de abril, declarada o ‘dia do índio’²⁷ também foi se confundindo com uma celebração da memória de Rondon com o rememorar anual das ações ‘indigenistas’ de Rondon e da Comissão e a insistente repetição de um suposto “lema” cunhado por ele: “Morrer se preciso for, matar nunca”. Nas cerimônias escolares e nos meios de comunicação, o “Dia do Índio” aos poucos se consolidou como momento de lembrar a “contribuição [de Rondon] ao indigenismo nacional [e na] formulação de uma política de respeito ao Índio e de responsabilidade histórica da nação brasileira pelos destinos dos povos indígenas”, como ainda hoje pode ser lido no *site* do Museu do Índio.²⁸

À medida que o tempo passa e esmaece a força das experiências reais do sujeito histórico Cândido Mariano Rondon – cujas ações e realizações foram marcadas por controvérsias e questionadas por diferentes grupos e instituições em seu próprio tempo – as homenagens, comemorações e cerimônias se revestem de tons laudatórios e ufanistas,

reencenando sua biografia, destacando apenas suas supostas “qualidades” morais e éticas e proclamando seus “feitos”, distanciando-se progressivamente da história para construir o mito ou herói Rondon.

Essa memória sobre o indivíduo Rondon se incorpora à nossa percepção sobre o passado e ainda tem força de definição para o presente na medida que é validada por uma concepção de história comprometida com a grandeza de alguns homens memoráveis e do poder nacional, questões que reaparecem no Projeto *Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena*. Continuamente reafirmada por políticos, jornalistas e instituições promotoras de uma história mato-grossense tradicional, que representa o passado como conquista de bandeirantes audazes e corajosos, Rondon é apresentado como a continuidade desse ideal no século XX.²⁹ Ele seria um legítimo mato-grossense que conseguia aliar a coragem à inteligência, capaz de revelar o estado “a si mesmo e ao mundo”.

Mais recentemente ganhou força um movimento em prol da transformação de antigos postos telegráficos construídos em diversas cidades em Mato Grosso e Rondônia em “patrimônio cultural”, desde a inscrição de “82 das antigas estações telegráficas construídas pela Comissão Estratégica de Linhas Telegráficas de Cuiabá a Porto Velho” no Livro de Tombo Histórico em 2007.

Em 1988, a estação foi transformada no Museu Marechal Cândido Rondon, popularmente conhecido como Casa de Rondon. Em Ji-Paraná, a Estação Telegráfica, inaugurada em 1914, tornou-se o Museu das Comunicações Marechal Rondon e tem em seu acervo peças que fazem parte da história da construção da linha e posto telegráfico da estrada Madeira Mamoré.³⁰

Em 2006, por ocasião do centenário do início da construção das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, a Secretaria de Cultura do Estado de Mato Grosso desencadeou projetos para recuperar “24 postos telegráficos da Comissão Rondon”, com o início de obras de restauração das estações de Santo Afonso, Porto Esperidião e o de Pontes e Lacerda. Em relatório de 2014 intitulado “Patrimônio histórico: um projeto do presente” a Secretaria de Estado da Cultura relaciona as obras realizadas para recuperar esse conjunto de bens associados à Rondon:

onde os postos desabaram, a ideia é que sejam construídos marcos ou réplicas, que passem a abrigar exposições fotográficas e acervos da Comissão Rondon, sendo entregue um espaço de memória e de visitação, aos que procurarem informações sobre a Comissão, buscando resgatar um importante marco da história de Mato Grosso.³¹

Em cada cidade, nascida das aglomerações formadas em torno das antigas estações os edifícios dos postos telegráficos foram restaurados ou reconstruídos para “preservar suas características originais”. Ao mesmo tempo que celebravam esse passado compartilhado em torno da figura de Rondon, as obras de “revitalização” anunciavam novos usos em cada uma das cidades:

PORTO ESPERIDIÃO As paredes de adobe do Posto Telegráfico, estruturadas com esteios de madeira de lei, piúva ou aroeira, ainda se mantém, apesar do desgaste sofrido. Depois de sua recuperação, *o Posto Telegráfico abriga hoje a Casa de Memória de Rondon.*”

SANTO AFONSO Com a trajetória das linhas telegráficas estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, Santo Afonso teve por volta de 1912 à

construção de seu posto por Marechal Rondon e sua equipe. (...) *Após 95 anos a estação telegráfica encontrava-se em ruínas e em homenagem ao centenário da Comissão Rondon, foi reconstruído preservando as características originais da época e servirá como Biblioteca Municipal e os Correios.*

PONTES E LACERDA O Posto Telegráfico de Rondon localizado na cidade de Pontes e Lacerda, imóvel de significativo valor histórico e arquitetônico sendo marco referencial da Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, comandado pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. Encontrava-se abandonado em estado de degradação pela ação do tempo e *no aniversário de cem anos da Comissão, uma das metas foi à reconstrução do posto. Atualmente o espaço recuperado servirá de Casa de Memória do município.*³²

Esse centenário também ofereceu oportunidade para a autopromoção de parlamentares por meio da realização de atos em homenagem a Rondon. O senador Expedito Júnior (PR-RO), por exemplo, encaminhou proposta de projeto de Lei n. 1834 de 2007, para inscrever o nome do Marechal Rondon no Livro dos Heróis da Pátria “como exemplo de integração e harmonia entre culturas e civilizações na construção da brasilidade”. Segundo a justificativa do projeto, sua intenção é manter viva, através de um justo reconhecimento, “a memória do herói brasileiro e grande humanista Cândido Mariano da Silva Rondon”. Após oito anos de tramitação o projeto foi aprovado e transformado na Lei Ordinária 13141/2015 no ano em que se comemorava o sesquicentenário de nascimento de Rondon.

Mas outras questões precisam ser formuladas para entender qual a razão (ou as razões) da preservação dessa memória ainda hoje. É preciso entender de onde ela retira sua força, decorridos mais de oitenta anos do

encerramento das atividades da Comissão Rondon e do progressivo afastamento de Rondon das funções e cargos públicos.

O sesquicentenário do nascimento de Rondon, em 2015, deu ensejo a uma nova onda comemorativa com a produção de mini séries, reportagens e documentários sobre a Comissão Rondon. Em Mato Grosso reavivou a vontade de homenagear aquele que é considerado a maior figura pública do estado evidenciando as forças sociais que se mobilizam hoje em torno da memória de e sobre Rondon. As comemorações do “Ano de Rondon” incluíram a retomada das obras do Memorial Rondon em Mimoso, cidade onde ele nasceu, iniciadas em 1998 e, até hoje, inconclusas. As primeiras intenções em prol da construção de um Memorial para Rondon datam de 1997 ainda na gestão de Dante de Oliveira.³³ Mas, a maioria das evidências reforçam sua origem em 2000, “por ocasião dos 500 anos do Brasil” registrando a intenção de que o monumento deveria se constituir como um dos “marcos do descobrimento” em Mato Grosso.³⁴

O projeto de arquitetura teve como “ideia central [o] legado deixado pelo Marechal Cândido Rondon” e foi concebido pelos arquitetos José Afonso Portocarrero e Paulo César Molina Moreira como um prédio de “formato circular (...), estrutura em perfis de aço, cobertura acabada em treliças de Itaúba e que lembra uma grande oca borôro”, para “homenagear o Marechal Cândido Rondon na Baía de Chacororé, em Mimoso, distrito de Santo Antônio de Leverger, a cerca de 80 km da Capital”.³⁵ Se a escolha da cidade reverencia o local de nascimento de Rondon e o formato da construção remete para suas origens étnicas,

alguns detalhes da implantação do monumento sobre as águas da baía de Chacororé sinalizam para outros investimentos de memória:

Uma passarela de 100 metros vai ligar o anel de 60 metros de diâmetro à terra firme, e do outro lado, *rumo a Oeste* (o mesmo trilhado por Rondon), a 45° em relação à “grande oca”, onde haverá uma estrutura para abrigar as cinzas do Marechal, depositadas hoje no Cemitério São João Batista, no Rio e Janeiro. (...) Na parte de cima, está prevista a construção de uma biblioteca para atender a comunidade escolar de Mimoso. Especialmente os alunos da *Escola Santa Claudina, construída com recursos do próprio Rondon e doada ao Estado*.³⁶

Concebido como parte de um “complexo turístico e histórico de Mimoso” o Memorial Rondon deveria combinar em seu espaço “atividades comunitárias e de apoio ao turismo, com a venda de artesanato, guias e informações” às salas de exposições, biblioteca, projeção de vídeos e administração do memorial.³⁷ No entanto, apesar das obras terem se iniciado em 2002, com os primeiros “repasses financeiros” da União, elas se arrastam desde então. Paralisadas um ano depois a retomada do projeto se deu em 2006 por meio de contrato “no valor de R\$ 957.737,72” firmado entre a Secretaria de Estado da Cidades/MT e a Baggio e Cia Ltda”, empresa responsável pela execução da estrutura metálica do memorial. Segundo a assessoria da própria Secretaria, em 2014 as obras do “complexo turístico” foram reiniciadas com intenção de que fossem finalizadas “para a Copa da Mundo, que também teve Cuiabá como uma das sedes”. Após nova interrupção as obras foram retomadas em 2015 no bojo das comemorações dos “150 anos do nascimento do Marechal Cândido Rondon”, ao custo agora de R\$ 2.979.377,18, e sob

responsabilidade da empresa Aroeira Construção, Incorporação e Vendas.³⁸

A construção, que se arrasta há quase vinte anos, já possui uma história e, ao longo dela, os significados, objetivos e configurações do memorial se alteraram assim como os seus “idealizadores”. Assim, de um complexo turístico ele passou a ser concebido como um espaço multifuncional que deverá abrigar um Museu, um centro cultural, um lugar para conferências e palestras, dentre outros. Segundo Ivan Pedroso, presidente da Sociedade dos Amigos de Marechal Rondon, é preciso que o memorial esteja à altura do “sertanista brasileiro e herói mato-grossense”:

Rondon tem um andar inteiro de um museu de Nova York em sua homenagem. Ele foi indicado ao comitê do Prêmio Nobel da Paz pelo próprio Albert Einstein. A importância desta figura mato-grossense é enorme. Ele projetou o Brasil no mundo de forma muito positiva.³⁹

A Secretaria de Estado da Cultura vai mais longe nos elogios e pretensões:

O Memorial Rondon será um Centro Cultural Internacional de múltiplo uso, será o Jazigo do Marechal Rondon, local de visitação e estudo da memória, preservar o acervo existente e divulgar a obra do ilustre cidadão, proporcionar o surgimento de atividades turístico culturais, da trajetória do Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, um dos mato-grossenses mais ilustres do qual se tem notícia e que incontestavelmente inúmeros serviços prestou à pátria e à sua época, cuja fama atravessa fronteiras.⁴⁰

Celebrada em cerimônias escolares anuais do “dia do índio”, inscrita na paisagem das cidades, materializada em monumentos e

documentos, continuamente reproduzidos e divulgados, a memória das realizações “de Rondon” ainda parecem ser capazes de seduzir e se (re)inventar. No entanto, lembrar Rondon após cento e cinquenta anos de seu nascimento e mais de sessenta após sua morte, poderia (e deveria) ir além das homenagens ufanistas ou da reafirmação do senso comum cada vez mais dissociados das experiências sociais às quais pretensamente visam “preservar”. O culto ao sertanista reconhecido como pai do “indigenismo” brasileiro não poderia servir para apontar a continuidade dos processos de expropriação das terras indígenas? Porém, o que acompanhamos ao longo de diferentes conjunturas é o esforço para construir a unidade em torno de um “herói” e de sua “missão” – ainda que os interesses e motivações sejam diversos – e, para isso, é preciso silenciar e apagar as pistas de divergências e oposições enfrentadas pela Comissão Rondon no passado assim como negar a possibilidade de outros olhares e interpretações sobre os significados de sua obra no presente.

Em nome da valorização da “construção do Brasil” e da magnitude das tarefas de Rondon se esquece ou relativiza o emprego de formas compulsórias de trabalho e o uso recorrente de violências físicas – práticas rotineiras na Comissão Rondon –, a militarização da vida o alto custo social da construção de linhas telegráficas se levarmos em consideração o número de vidas perdidas. É preciso refletir sobre nossas dificuldades para estabelecer um diálogo crítico com esse “empreendimento de conquista” que permita questionar e problematizar uma perspectiva que continua a reverenciar acriticamente seu “legado” como desbravador e sertanista.

Notas

* Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

¹ O Museu do Índio, criado em 1953, “sob inspiração direta de Rondon e de Darcy Ribeiro”, teve e tem como objetivo “despertar o interesse do grande público pelas questões indígenas e organizar as coleções etnográficas e a documentação fotocinematográfica e sonográfica reunida pelo Serviço de Proteção aos Índios e pela Biblioteca General Rondon, especializada em Etnologia e Linguística Indígena Brasileira. As fontes principais utilizadas nos trabalhos de pesquisa foram os arquivos do SPI, a bibliografia etnológica e as experiências de campo dos especialistas da própria instituição.” Museu do Índio - garantia do continuar. In: *Rondon a construção do Brasil e a causa indígena. Website*. Disponível em:

<http://www.projetomemoria.art.br/rondon/marcas-museu-do-indio.jsp>

² LARA, Sílvia. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, dez. 2008, p. 17.

³ COUTO, Ione Helena Pereira. A Seção de Estudos do Serviço de Proteção aos Índios – SPI. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011, p. 230.

⁴ Relatório de Rondon ao Ministro da Agricultura – 1944/1945. Apud: LASMAR, Denise Portugal. História administrativa do Museu do Índio. Museu do Índio. Disponível em: http://base.museudoindio.gov.br/memoteca/srav/fotografia/mi/historia_administrativa_mi.pdf

⁵ **Decreto nº 10.652, de 16 de outubro de 1942. Aprova o Regimento do Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura.**

⁶ FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Rondon- a construção do Brasil e a causa indígena*. Brasília, Abravídeo, 2009, p. 113. Sobre a história do Museu e suas transformações, ver: FUNAI/Museu do Índio. "O Museu - História". Disponível em: <http://www.museudoindio.gov.br/o-museu/apresentacao/historia>; e MOURAD, Tamira Orra. "A trajetória do MUSEU do ÍNDIO como fonte para a investigação da inserção social do desenvolvimento e construção do conhecimento nas disciplinas de Arqueologia e Antropologia". Disponível em: http://www.unicamp.br/nee/arqueologia/arquivos/arq_hist_strat/museu_indio.html

⁷ **“19 de abril de 1953: A Inauguração do Museu do Índio”. Retorno de Mídia, 19 de abril de 2013. Disponível em: <http://progdoc.museudoindio.gov.br/noticias/retorno-de-midia/125-19-de-abril-de-1953-a-inauguracao-do-museu-do-indio>.**

⁸ FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Rondon- a construção do Brasil e a causa indígena*, op. cit., p.113.

⁹ Museu do índio. Pesquisa. Acervo Audiovisual. Disponível em: <http://museudoindio.gov.br/pesquisa>

¹⁰ PIQUET, Rodrigo. *O Museu do Índio e seus arquivos*. Disponível em: <http://www.museudoindio.gov.br/component/content/article/11-institucional/427-o-museu-do-indio-e-seus-arquivos>. O Programa Memória do Mundo, criado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em

1992, tem por objetivo assegurar a preservação de documentos e conjuntos documentais de importância mundial, de natureza arquivística ou bibliográfica.

¹¹ **Museu do Índio. Visitas. “Na Biblioteca”.** Disponível em: <http://www.museudoindio.gov.br/visitas/na-biblioteca>

¹² MOURAD, Tamira Orra. “A trajetória do MUSEU do ÍNDIO como fonte para a investigação da inserção social do desenvolvimento e construção do conhecimento nas disciplinas de Arqueologia e Antropologia”, op. cit., Disponível em: http://www.unicamp.br/nee/arqueologia/arquivos/arg_hist_estrat/museu_indio.html. Acesso: 20 de setembro de 2016.

¹³ MOREL, Cristina Massadar e MOREL, Marco. *Almanaque Histórico Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena*. Brasília: Abravideo, 2009. Suplemento: guia do professor. Disponível

em: http://www.projetomemoria.art.br/rondon/arquivos/material_pedagogico/pm_2009_rondon_almanaque_historico.pdf; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha *Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena*. Brasília: Abravideo, 2009. Fotobiografia. Disponível em:

http://www.projetomemoria.art.br/rondon/arquivos/livro_fotobiografico/pm_2009_rondon_livro_fotobiografico.pdf. BRAGA, Elizabete. (Coordenação geral) *Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena. Website*. Museu do Índio, Sociedade de Amigos do Museu do Índio (SAMI), Funai, Fundação Banco do Brasil. Este projeto se desdobrou também em videodocumentário, exposição itinerante e DVD_Rom interligados à mesma temática e distribuídos nacionalmente.

¹⁴ **Projeto Memória. Fundação Banco do Brasil.** Disponível em: <https://www.fbb.org.br/acoes-programas/educacao/projeto-memoria/>

¹⁵ “O projeto memória”. In: BRAGA, Elizabete. *Rondon: a construção do Brasil e a causa indígena. Website*. Museu do Índio, Sociedade de Amigos do Museu do Índio (SAMI), Funai, Fundação Banco do Brasil. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/rondon/vida-projeto-memoria.jsp>. Acesso em: 18 de dezembro de 2015.

¹⁶ “Convite a uma trilha”; “Missão Rondon” e “Povos indígenas: imensa diversidade em muitas etnias. In: RONDON – *a construção do Brasil e a causa indígena*. Website. Disponível em: <http://www.projetomemoria.art.br/rondon/vida-convite-a-uma-trilha.jsp>. Acesso em: 20/12/2016.

¹⁷ RONDON – *a construção do Brasil e a causa indígena*. Website, op. cit.

¹⁸ VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro, Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969, pp. 6-12 e p.605.

¹⁹ LOBATO FILHO, Gen. João Bernardo. *Avançai para o Jamari! (A Comissão Rondon nas selvas do Alto Madeira)*. Rio de Janeiro, s.e., 1957, (1ª ed., 1944). Dentre os livros de memória, merecem destaque: MAGALHÃES, Amílcar A. Botelho de. *Impressões da Comissão Rondon*. (Episódios inéditos ou pouco vulgarizados, ocorridos durante as explorações e nos acampamentos da Comissão Rondon). Rio de Janeiro, Cia. Ed. Nacional, 1942, 5ª ed.(1ª ed., 1921) e MAGALHÃES, Amílcar A. Botelho de. *Pelos sertões do Brasil*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, [Coleção Brasileira, v.195] 1941. (1ª ed., 1928). Para uma análise mais aprofundada desses registros, ver: MACIEL, Laura Antunes. *A nação por fio: caminhos, práticas e imagens da ‘Comissão Rondon’*. São Paulo, Educ, 1998.

²⁰ LARA, Sílvia. Os documentos textuais e as fontes do conhecimento histórico, op. cit., p. 32.

²¹ Projeto de lei n. 1052 A, 24/08/1951 – Promove a General de Exército o General de Divisão, reformado, Cândido Mariano da Silva Rondon, e dá outras providências. Apresentado ao Congresso Federal pelo general José de Lima Figueiredo e deputado do PSD de São Paulo.

²² Projeto de lei n. 2536 A de 12/03/1965 – Dá a denominação de “Marechal Rondon” ao aeroporto da cidade de Várzea Grande – Mato Grosso. Apresentado ao Congresso Federal pelo deputado Ytrio Corrêa da Costa da Aliança Renovadora Nacional de Mato Grosso.

²³ Decreto nº 62.927, de 28 de Junho de 1968 – Institui, em caráter permanente, o Grupo de Trabalho "Projeto Rondon", e dá outras providências.

²⁴ Decreto n. 51.960, de 26/04/1963. Institui como Patrono da Arma de Comunicações o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

²⁵ **Porto diz que o Brasil precisa de homens com a moral e competência de marechal Rondon.** Portal *Repórter News*, de 07 de maio de 2006. Disponível em: <https://www.reporternews.com.br/noticia/302529/porto-diz-que-o-brasil-precisa-de-homens-com-a-moral-e-competencia-de-marechal-rondon>. Acesso em: 20/12/2016.

²⁶ VIEIRA, Maricelle Lima. Reconhecimento a Marechal Rondon é requerido por Teté Bezerra. *Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso*, Assessoria de Gabinete, 16 de maio de 2013. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/midia/noticia/37007/visualizar>. Acesso em: 21/12/2016.

²⁷ Decreto-Lei 5.540, 2/06/1943

²⁸ Museu do Índio, Educativo – Pesquisa Escolar: Marechal Rondon. Disponível em: <http://www.museudoindio.gov.br/educativo/pesquisa-escolar/252-marechal-rondon>. Acesso em: 7/02/2017.

²⁹ A cerimônia comemorativa pelo dia das Comunicações, em 5 de maio de 2009, por parte da Assembleia Legislativa de Mato Grosso e a criação de um concurso de monografias “para lembrar a trajetória do marechal”, são exemplares deste tipo de identificação.

³⁰ **Iphan/Rondônia. Conselho Consultivo aprova por unanimidade tombamento de estações telegráficas em Rondônia.** *Portal do IPHAN*, 25 de novembro de 2015. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ro/noticias/detalhes/3393/conselho-consultivo-aprovou-por-unanimidade-tombamento-de-estacoes-telegraficas-em-rondonia>. Acesso em: 07/02/2017.

³¹ Secretaria de Estado da Cultura. Coordenação de Patrimônio Histórico. *Patrimônio Histórico: um projeto do presente*. Texto publicado em 16 de janeiro de 2014, p. 7. Disponível em: <http://www3.cultura.mt.gov.br/imprime.php?cid=102971&sid=984>. Acesso em: 15/12/2016.

³² Secretaria de Estado da Cultura. Coordenação de Patrimônio Histórico. *Patrimônio Histórico: um projeto do presente*. Op. cit., pp. 3-8..

³³ RIBAS, Silvana. “Família de Rondon aguarda inauguração de Memorial. *Gazeta Digital*, 23 de agosto de 2016. Segundo o arquiteto o José Afonso Portocarrero ele teria sido convidado para elaborar o projeto arquitetônico, em 1998, pelo próprio Dante. Já a revista *Arquitetura e Urbanismo* informa que os arquitetos responsáveis pelo projeto do

Projeto História, São Paulo, v. 58, pp. 270-297, Jan.-Mar. 2017.

memorial teriam sido “convidados pela Fundação Rondon para o estudo preliminar da obra” em 1998. “Memorial Rondon”. *Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, edição 77, abril de 1998.

³⁴ José Afonso Portocarrero, arquiteto e autor do projeto, em entrevista ao *Diário de Cuiabá*. “Obras do Memorial Rondon serão reativadas”. *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 5 de novembro de 2003. Portocarrero é professor da UFMT e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Tecnologias Indígenas – Tecnoíndia.

³⁵ “Memorial Rondon”. *Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, edição 77, abril de 1998.

³⁶ “Obras do Memorial Rondon serão reativadas”. *Diário de Cuiabá*, Cuiabá, 5 de novembro de 2003. Grifos meus.

³⁷ GHISI, Lisânia. *150 anos de Rondon. Obras do Memorial Rondon seguem em andamento em Mimoso*. Cuiabá, Secretaria de Estado das Cidades (Secid/MT), 05 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.mt.gov.br/editorias/geral/obras-do-memorial-rondon-seguem-em-andamento-em-mimoso/141407>

³⁸ GHISI, Lisânia. *150 anos de Rondon. Obras do Memorial Rondon seguem em andamento em Mimoso*, op. cit.

³⁹ MEDEIROS, Stéfanie. Com obras paradas há 15 anos, Memorial Rondon deve ficar pronto em maio de 2015. *Olhar Direto*, 4 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www.olhardireto.com.br/conceito/noticias/exibir.asp?noticia=com-obras-paradas-ha-15-anos-memorial-rondon-deve-ficar-pronto-em-maio-de-2015&id=6026>
Acesso em:12/12/2016.

⁴⁰ Secretaria de Estado da Cultura. Coordenação de Patrimônio Histórico. *Patrimônio Histórico: um projeto do presente*. Texto publicado em 16 de janeiro de 2014. Disponível em: <http://www3.cultura.mt.gov.br/imprime.php?cid=102971&sid=984>. Acesso em: 15/12/2016.